

# Curso Pró-Técnico no CEFET/RJ – desafios e contradições da democratização do acesso às escolas técnicas federais<sup>1</sup>

Ana Margarida Campello

## Resumo

Este artigo analisa a elitização do acesso às Escolas Técnicas Federais e ressalta, por meio de um estudo de caso, a experiência, no início dos anos 90, na Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro – hoje, CEFET/RJ – de desenvolvimento do Curso Pró-Técnico, com o objetivo de ampliação do acesso a seus cursos técnicos dos alunos de escolas públicas de ensino fundamental. Questiona, a partir da análise dessa experiência, o argumento da democratização do acesso aos cursos técnicos, utilizado para justificar na reforma da educação profissional – Decreto 2.208/97 – a separação entre ensino médio e ensino técnico.

*Ana Margarida  
Campello  
Mestre em Educação,  
Universidade Federal  
do RJ; Técnica em  
Assuntos Educacionais  
do Centro Federal de  
Educação Tecnológica  
Celso Suckow da  
Fonseca – CEFET – RJ;  
Ex-bolsista da Fundação  
Cesgranrio.*

tado, ao longo dos anos, como as demais instituições federais de educação tecnológica, o prestígio decorrente dos investimentos realizados no desenvolvimento desse tipo de ensino, reconhecido por aliar uma sólida base de conhecimentos gerais à preparação para o trabalho produtivo.

A elitização do acesso às Escolas Técnicas Federais distancia cada vez mais essas escolas do atendimento aos jovens das classes sociais menos favorecidas para quem antes eram destinadas as Escolas de Aprendizes Artífices, escolas a partir das quais se originou a rede federal de escolas técnicas.

**Palavras-chave:** Acesso – Curso pró-técnico – Educação profissional – Ensino técnico – Escola pública – Reforma educacional.

## Introdução

O CEFET/RJ, antes Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro, caracteriza-se pelo desenvolvimento do ensino técnico industrial integrado ao ensino médio, tendo conquis-

No projeto de criação do Curso Pró-Técnico, em 1990, no CEFET/RJ, parte-se da constatação da elitização do acesso aos cursos técnicos e propõe-se a criação de um mecanismo de defesa das classes sociais menos favorecidas, optando-se pela implantação de uma política que favorece o ingresso de alunos cujas escolas de origem pertencem à rede pública de ensino fundamental.

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito a partir dos dados trabalhados em minha dissertação de mestrado: "Acesso de alunos de escola pública aos cursos técnicos do CEFET/RJ" (Campello, 2000).

Os alunos selecionados pelo Concurso para ingresso nos cursos técnicos do CEFET/RJ, em sua grande maioria, cursaram o ensino fundamental em escolas particulares (72,7% dos alunos classificados para ingresso em 1999, por exemplo, estudaram durante todas as oito séries do ensino fundamental em escolas particulares). Na sistemática adotada para seleção de alunos por meio do Curso Pró-Técnico para ingresso nos cursos técnicos, os alunos são obrigatoriamente originários de escolas públicas municipais.

A comparação entre esses dois grupos de alunos, com origem escolar diferenciada, é o aspecto que quero ressaltar do estudo que realizei, como base para elaboração de minha dissertação de mestrado sobre o acesso de alunos de escola pública aos cursos técnicos do CEFET/RJ (Campello, 2000). Para elaboração dessa dissertação, trabalhei tendo como referenciais básicos a teoria da escola capitalista desenvol-

vida por Baudelot & Establet (1971)<sup>2</sup>, e a teoria da violência simbólica, mais conhecida como teoria da reprodução, desenvolvida por Bourdieu & Passeron (1973)<sup>3</sup>.

Comparei o grupo de alunos selecionados pelo Pró-Técnico com o grupo selecionado pelo Concurso, principalmente com relação a seu perfil socioeconômico e progressão nos cursos técnicos. Em primeiro lugar procurei perceber se a diferença em termos de origem escolar implica, necessariamente, em diferentes perfis socioeconômicos. Em segundo lugar analisei, de forma comparativa, sua trajetória no curso técnico de maneira a evidenciar se a heterogeneidade acadêmica e socioeconômica desses dois grupos de alunos faz com que apresentem diferenças de desempenho. Por fim, procurei investigar se o acesso ao CEFET/RJ provoca alterações nas aspirações de profissionalização e continuidade dos estudos dos alunos selecionados pelo Pró-Técnico.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Baudelot e Establet (1971) partem da análise do funcionamento da escola capitalista na França para estabelecerem as bases de uma teoria da escola nas sociedades capitalistas. É referência geral dessa teoria o entendimento de que as noções de "unidade da escola", "correlação técnica escola-trabalho" e a "escola como sistema" são noções ideológicas. Cada uma delas é analisada pelos autores e desmistificada de modo a demonstrar o papel da escola na reprodução das relações sociais de produção capitalista, ou seja, na reprodução das classes sociais e do conflito que as define.

Para Baudelot e Establet, a ideologia da escola única e unificadora encobre ou mascara o fato de que o aparelho escolar é a unidade contraditória de duas redes de escolarização – a rede de formação dos trabalhadores manuais (rede PP) e a rede de formação dos trabalhadores intelectuais (rede SS).

<sup>3</sup> Na obra de Bourdieu a noção de capital cultural é a base do entendimento e da análise das desigualdades de desempenho escolar das crianças das diferentes classes sociais. O sucesso na escola que, segundo o autor depende da classe social de origem, está relacionado à distribuição do capital cultural entre as classes ou frações de classes.

Para Bourdieu o rendimento da ação pedagógica escolar é função do capital cultural familiar e não de aptidões ou dons naturais. O autor considera que "a transmissão doméstica do capital cultural" é o mais determinante dos investimentos educativos. Analisa o acesso ao ensino superior, demonstra que a seleção atua com rigor desigual sobre sujeitos de diferentes classes sociais: os jovens pertencentes às classes mais desfavorecidas têm menos chances de os filhos das classes dominantes de entrarem na Universidade. Considera que, além de enunciar a desigualdade diante da escola, é preciso "descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas" (Bourdieu, 1998).

<sup>4</sup> Um aspecto ressaltado na análise de Bourdieu sobre a desigualdade frente à escola diz respeito à influência das "atitudes dos membros das diferentes classes sociais a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecido pelos estudos" (Bourdieu, 1998a: p.46.) na escolha do destino escolar. As aspirações das famílias, em grande parte determinadas pelas oportunidades objetivas ("exclui-se a possibilidade de desejar o impossível"), são determinantes do percurso escolar. "Dizer a propósito dos estudos clássicos em um liceu, por exemplo, "isso não é para nós" é dizer mais do que "não temos meio para isso" (id., p.47). A esse respeito ver também Nogueira (1998): "A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias – a ação discreta da riqueza cultural"

Os recentes debates em torno de políticas que defendem a reserva de vagas de maneira a ampliar o acesso ao ensino superior de negros e alunos de escola pública, assim como a reforma da educação profissional, que se apoia no argumento da democratização do acesso ao ensino técnico para impor a separação entre ensino médio e ensino técnico e a volta ao dualismo da escola brasileira, dão relevância e atualidade ao estudo aqui apresentado.

Divido este artigo em duas partes: na primeira delas situo historicamente a questão da elitização do acesso às Escolas Técnicas Federais, inserindo o surgimento do Curso Pró-Técnico nesse contexto. Na segunda parte, trato especificamente das características próprias que tomou o desenvolvimento do Curso Pró-Técnico no CEFET/RJ, procurando responder às questões anteriormente levantadas. Na conclusão, questiono a reforma da educação profissional (Decreto 2.208/97) que, ao determinar a separação entre ensino médio e ensino técnico e a constituição de sistemas paralelos de ensino médio e educação profissional, reinstala o dualismo da escola no Brasil, encobrendo-o com o argumento da democratização do acesso aos cursos técnicos.

## A Elitização do acesso às Escolas Técnicas Federais e o Surgimento do Curso Pró-Técnico

As Escolas de Aprendizes Artífices, criadas a partir de 1909 e identificadas como a origem primeira das escolas técnicas federais, destinavam-se, preferencialmente, aos “desfavorecidos da fortuna” e tinham como finalidade não só habilitá-los “com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho

profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime” (Brasil, 1909). Pelos critérios de seleção então vigentes, como condição necessária e suficiente para ingresso nessas escolas, o aluno tinha que apresentar prova de ser destituído de recursos. Em 1937, constava ainda da própria Constituição a destinação do ensino profissional aos “menos favorecidos”.

Em 1942, com a criação das Escolas Técnicas, mudam os critérios de ingresso de alunos e são então instituídos os exames de seleção. Além dos “exames vestibulares”, a Lei Orgânica do Ensino Industrial estabelecia como exigência especial de admissão a qualquer curso industrial que o candidato atestasse “ter recebido educação primária conveniente” (Brasil, 1942, art. 30). Esse deslocamento do ensino profissional para o grau médio teve como função permitir que a própria escola primária selecionasse os alunos mais “educáveis” (Cunha, 1983, p.459) e significou, em si mesmo, uma mudança no perfil de seus alunos.

O abandono progressivo do assistencialismo e as modificações na política de acesso aos cursos técnicos que, em sua proposição de seleção dos “mais aptos e mais capazes”, caminha no sentido da adoção na educação profissional dos mesmos mecanismos de seleção usados na educação geral, coincidem com as mudanças no trato dos egressos dos cursos técnicos que pouco a pouco vão ganhando os mesmos direitos de prosseguimento dos estudos que os egressos do ensino médio. As leis de equivalência aproximam os dois sistemas de ensino que coexistiram, paralelamente, durante vários anos: de um lado, a educação geral, para a formação da elite; de outro lado, a educação profissional, para os trabalhadores, unificados pela LDB de 1961.

A partir da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61)*, os egressos dos cursos técnicos podem se candidatar ao acesso aos cursos de nível superior, sem nenhuma limitação ou exigência além daquelas que são estabelecidas para os egressos dos outros cursos de nível médio. A evolução da legislação facilita o desempenho da função propedêutica pelo ensino técnico-industrial.

Com a implantação da *Lei 5.692/71*, que privilegia a profissionalização entre as funções tradicionalmente exercidas pelo ensino médio, unificando-o e estabelecendo que todo ensino de 2º grau deverá ser profissionalizante, as escolas técnicas industriais "viram-se procuradas por levas de estudantes que pouco ou nenhum interesse tinham por seus cursos profissionais" (Cunha, 1998). Paradoxalmente, a profissionalização compulsória tem como efeito o reforço da função propedêutica das escolas técnicas federais, que se transformam numa alternativa de ensino público de qualidade para estudantes que apenas pretendem se preparar para o acesso ao ensino superior.

As modificações pelas quais passaram as políticas públicas de educação profissional, as características específicas do ensino técnico-industrial ministrado nas instituições que, ao longo dos anos, compuseram a rede federal de educação tecnológica o tornaram cada vez mais propedêutico e o aproximaram cada vez mais da rede de formação dos trabalhadores intelectuais (mesmo que como dirigentes subalternos).

A destinação social aos trabalhadores e seus filhos (os "pobres e desfavorecidos"), historicamente atribuída ao ensino profissional, a elitização do acesso, conseqüência do aumento da demanda e da mudança no perfil dos candidatos ao concurso de acesso às es-

colas técnicas federais e também a reação ao direito conquistado de prosseguimento dos estudos no nível superior dos egressos dos cursos técnicos são a origem da instalação de Cursos Pró-Técnico nas escolas técnicas da rede federal. Entende-se que é preciso mudar o perfil socioeconômico dos alunos dos cursos técnicos de forma a garantir que seus egressos permaneçam técnicos e não tenham a pretensão de continuidade dos estudos e acesso ao ensino superior.

Os Cursos Pró-Técnico são implantados a partir da década de 70, na maioria das escolas técnicas federais e têm como origem o PEBE 7, Programa Especial de Bolsas de Estudo, do Ministério do Trabalho, regido pelo Decreto. nº 75.781/75, cujo objetivo era "propiciar ensino a trabalhadores sindicalizados..., seus filhos e dependentes" por intermédio de bolsas não reembolsáveis, custeadas por convênios entre estabelecimentos de ensino técnico e MTb.

Em 1980, o projeto de *Lei nº 2.611* do deputado Nilson Gibson, elaborado tendo como referência a experiência desenvolvida pela Escola Técnica Federal de Pernambuco, propõe a institucionalização do Curso Pró-Técnico em todas as escolas técnicas federais, com o objetivo de atender "trabalhadores sindicalizados, empregados de entidades sindicais ou seus dependentes" e estabelece em seu art. 2º que:

"O Curso Pró-Técnico deverá propiciar ao estudante o conhecimento mínimo exigido para ingresso no estabelecimento de ensino e corrigir os desníveis culturais dos candidatos, oferecendo-lhes o embasamento necessário para a formação técnica de nível médio" (*ibid.*).

Na justificativa do projeto, fica claro que a mudança pretendida do perfil dos alunos das escolas técnicas tem como fi-

nalidade a contenção do acesso de seus egressos ao ensino superior:

“A iniciativa busca declaradamente conter a evasão dos alunos das escolas técnicas federais para os cursos universitários, fenômeno responsável pela chamada elitização das referidas Escolas o qual desvirtua seu objetivo precípua de formação de técnico de nível médio para atendimento às necessidades emergentes do mercado de trabalho.” (*ibid.*).

Em 17 de abril de 1997, pelo Decreto 2.208, que regulamentou a educação profissional, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394 de 20/12/96), foi reformado o ensino técnico, ficando estabelecido que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este” (Decreto 2.208/97, art. 5º). O ensino técnico, que até então funcionava de forma integrada ao ensino médio, passa, a partir de 1998, a funcionar em dois segmentos independentes: ensino médio e educação profissional.

Para justificar essa reforma, o governo utiliza, principalmente, dois argumentos: por um lado, o alto custo do aluno das escolas técnicas; por outro lado, a elitização do acesso aos cursos técnicos, o fato de que muitos dos seus alunos não têm interesse no curso técnico ou em se profissionalizarem e o frequentam como uma etapa do percurso escolar que conduz ao ensino superior. A separação entre ensino médio e ensino técnico, argumenta-se, levaria, para este último, aqueles que realmente têm interesse e/ou necessidade de formação profissional e têm como perspectiva o ingresso no mercado de trabalho; ou aqueles, já engajados no mercado de trabalho, que buscam uma melhor qualificação.

Ao identificar-se o que parece ter sido um “desvio da classe” a ser atendida pelo ensino técnico-profissional, redefine-se esse ramo do ensino, de maneira a voltá-lo para o atendimento dos “mais necessitados”:

“O problema é que, com o passar dos anos, o objetivo das escolas técnicas foi sendo distorcido. Nos últimos anos, elas passaram a atender muito mais à classe média, em busca de um ensino médio gratuito e de boa qualidade e que assegurasse a aprovação no vestibular, do que ao estudante realmente necessitado de formação profissional” (Brasil/MEC, [1998], p.3).

Não se questiona o processo seletivo adotado, nem se articula o aumento da procura das escolas técnicas com a deterioração do ensino médio, oferecido nas escolas da rede estadual. Segundo Cunha (1998, p.25), a solução adotada é particularmente danosa, pois representa uma volta atrás no movimento de unificação da estrutura educacional que se verificava no Brasil e que vinha se desenvolvendo desde a promulgação das “leis da equivalência” nos anos 50. Em nome do que, aparentemente, seria uma forma de democratização redefine-se a estrutura do sistema educacional brasileiro e reedita-se o dualismo da escola, na medida em que fica estabelecida a destinação explícita da educação profissional ao atendimento de uma determinada classe social.

## 2. Curso Pró-Técnico no CEFET/RJ: Favorecendo o acesso de alunos de Escola Pública ao Ensino Técnico

As modificações nas políticas públicas de ensino técnico-industrial correspondem a mudanças na concepção e no desenvolvimento da proposta peda-

gógica do CEFET/RJ e no perfil dos alunos que têm acesso a seus cursos técnicos. A análise da trajetória de uma instituição concreta parece ressaltar, de forma ainda mais nítida, a mudança de nível e de destinatários do ensino técnico-industrial no Brasil.

Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Federal da Guanabara, hoje Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. A alteração na denominação indica a ampliação dos objetivos e do campo de atuação. A essa trajetória institucional correspondem modificações no perfil dos alunos, mudanças essas aqui denominadas genericamente "elitização do acesso". Os depoimentos de professores e funcionários mais antigos não deixam dúvidas quanto a sua ocorrência: cada vez menos, nos cursos técnicos do CEFET/RJ estudam os "filhos dos trabalhadores", para quem antes era destinado o ensino técnico-profissionalizante. No final dos anos 80, discute-se no interior da escola a elitização do acesso aos cursos técnicos. A análise das atas de reunião do Conselho de Professores do CEFET/RJ indica explicitamente uma preocupação com relação às dificuldades de acesso, por concurso, dos alunos das escolas públicas municipais de ensino fundamental:

"Na oportunidade, a Sr<sup>a</sup>. Presidente, após fazer algumas ponderações, aventou a possibilidade de se suprimirem as questões de Física e Química das provas do Concurso, ou, então, de se proceder a uma profunda revisão dos conteúdos requisitados no programa, os quais da forma em que se apresentam, atualmente, colocam os candidatos oriundos das escolas mu-

nicipais em franca desvantagem em relação aos candidatos que se preparam em cursinhos" (CEFET/RJ/ CONSEP, 1989).

Quanto ao perfil dos classificados, os dados do Concurso 1998 indicam que 74,8% concluíram o ensino fundamental em escolas particulares. Naquele ano, os candidatos originários das escolas particulares representavam pouco mais da metade (58,6%) do total de inscritos, mas ocuparam quase três quartos das vagas oferecidas. Com relação aos egressos das escolas públicas municipais observa-se o oposto: sua participação entre os classificados (12,6%) é bem menor do que no total de candidatos (31,3%).

Na perspectiva de ampliação das possibilidades de acesso dos alunos das escolas públicas municipais de ensino fundamental a seus cursos técnicos de nível médio, começou a ser desenvolvido, pelo CEFET/RJ, em 1990, o Curso Pró-Técnico, destinado exclusivamente a alunos regularmente matriculados na 8ª série das escolas públicas municipais de ensino fundamental e que tivessem sido alunos dessas escolas, pelo menos, desde a 5ª série do ensino fundamental.

Na justificativa do projeto de criação do Curso Pró-Técnico, no CEFET/RJ, parte-se da constatação da elitização do acesso via concurso e entende-se que em consequência de uma disputa desigual ficam fora da escola aqueles candidatos cujo perfil socioeconômico "aponta para uma necessidade – maior que a de outros – de realizar estudos e ingressar (**e permanecer**) no setor produtivo" (grifo meu). Continua o projeto propondo a criação de um mecanismo de "defesa das classes sociais menos favorecidas".

Argumenta-se que:

“a existência de um Curso Pró-Técnico no CEFET para alunos oriundos de escolas da rede municipal cria uma “via de mão-dupla” que possibilitará tanto a melhoria das condições de ingresso dessa clientela quanto um melhor aproveitamento do aluno dos cursos técnicos de 2º grau”.

O Curso Pró-Técnico funcionou, no CEFET/RJ, de 1990 até 1994 como um cursinho preparatório para o Concurso. Seus alunos participavam do concurso de admissão aos cursos técnicos como todos os demais candidatos inscritos.

Em 1995, com a criação de 52 novas vagas no 1º ano técnico<sup>5</sup>, o Pró-Técnico deixa de ser um mero cursinho preparatório para o concurso e se transforma numa alternativa de acesso aos cursos técnicos do CEFET/RJ para os alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Anualmente, seus melhores alunos têm, a partir de então, assegurado o direito de matrícula nos cursos técnicos de nível médio sem precisarem prestar concurso<sup>6</sup>.

O aluno do Pró-Técnico era selecionado nas escolas da rede pública municipal de ensino fundamental. A sistemática anual de implantação do Projeto e seleção de alunos para o Curso Pró-Técnico começava pelo sorteio de 40 escolas – quatro de cada uma das dez regiões educacionais em que está dividido o município do Rio de Janeiro. Em cada uma das 40 escolas sorteadas eram selecionados, com base em seu desempenho na 7ª série, quatro alunos para fazerem parte das turmas do Pró-Técnico<sup>7</sup>. Eram assim selecionados os 160 alunos que formavam, anualmente, as quatro turmas do Curso Pró-Técnico.

#### **- Perfil dos alunos selecionados pelo Concurso e pelo Pró-Técnico<sup>8</sup>**

A mudança de origem escolar, de escola particular para escola pública, traz como consequência alterações no perfil socioeconômico dos dois grupos de alunos? Os egressos das escolas municipais pertencem, realmente, a segmentos menos favorecidos da sociedade, enquanto que os egressos das escolas particulares fazem parte, majoritariamente, de grupos ou classes privilegiadas?

<sup>5</sup> A análise da frequência nos cursos técnicos dos alunos selecionados pelo concurso mostrava que, anualmente, em torno de 10% do total de classificados apenas se matriculavam, assegurando suas vagas no primeiro ano, e não frequentavam as aulas. “Turmas previstas para um total de 36 alunos têm na verdade uma frequência real de 32 alunos”. (Silva, 1996, p.22). A ocupação dessas vagas, que ficariam ociosas pela evasão inicial dos alunos classificados no concurso, é a justificativa para a criação de 52 novas vagas nos cursos técnicos – duas vagas em cada uma das 26 turmas de 1º ano técnico então existentes – destinadas especificamente aos alunos do Curso Pró-Técnico.

<sup>6</sup> O número de vagas oferecidas (52) é pouco significativo quando comparado aos efetivos de 8ª série da rede municipal de ensino fundamental (41.773 alunos, em 1998), mas representa uma ampliação de quase 10% do total de vagas oferecidas pelo CEFET/RJ em seu Concurso (600 vagas para ingresso nos cursos técnicos, em 1998).

<sup>7</sup> Essa estratégia de seleção de quatro alunos por escola tem como objetivo facilitar os deslocamentos entre o CEFET e o local de moradia desses meninos e meninas e principalmente ampliar sua autoconfiança no enfrentamento de uma situação nova.

<sup>8</sup> Neste item, trabalho a partir dos dados disponíveis no banco de dados do Concurso 1998/1999, cuja ficha de caracterização socioeconômica foi preenchida por todos os alunos que se inscreveram no Concurso, assim como pelos alunos do Pró-Técnico.

A análise dos dados disponíveis sobre o perfil dos alunos, sistematizados na tabela 1, a seguir, demonstra diferenças importantes entre o grupo selecionado pelo Concurso e pelo Pró-Técnico, em termos socioeconômicos.

Dos indicadores disponíveis para caracterização socioeconômica dos alunos selecionados para ingresso nos cursos técnicos do CEFET/RJ, em 1999, por meio do Concurso e do Pró-Técnico ressaltam a diferença em termos de escolaridade dos pais. O acesso ao ensino superior é a principal marca distintiva entre os grupos de alunos selecionados pelo Concurso e pelo Pró-Técnico: enquanto o grupo do Concurso é formado por jovens cujos pais, em sua maioria, tiveram acesso ao ensino superior, no caso do Pró-Técnico os pais têm, em geral, escolaridade equivalente ao ensino médio.

A informação sobre escolaridade dos pais indica, no caso dos alunos selecio-

nados pelo Pró-Técnico, um potencial de mobilidade e de acesso a níveis mais elevados de escolaridade dos filhos com relação aos pais que não acontece no caso do grupo de alunos selecionados pelo Concurso.

Durante o Curso Pró-Técnico era visível a importância que os pais e, principalmente as mães, davam ao fato de seus filhos estarem estudando no CEFET. Quando garantiam suas vagas nos cursos técnicos, a alegria que demonstravam era tamanha que parecia terem ganho a sorte grande. Talvez, pelas chances que acreditavam seus filhos passariam a ter de qualificação profissional e de continuidade de estudos, e, possivelmente, de ascensão social, distinta daquelas que eles, pais e mães, haviam tido.

Infelizmente não estão disponíveis dados sobre a ocupação dos pais tanto dos alunos do Concurso como dos alunos do Pró-Técni-

Tabela 1: CEFET/RJ – Perfil dos alunos selecionados, Concurso e Pró-Técnico 1999

	<b>Concurso</b>	<b>Pró-Técnico</b>
Idade	14 anos: 42,3% 15 anos: 40,5%	14 anos: 42,3% 15 anos: 48,1%
Gênero	Sexo masculino: 61,6%	Sexo masculino: 50%
Localização residência	Zona Norte: 50,2% Zona Oeste: 17,2%	Zona Norte: 48,1% Zona Oeste: 44,2%
Escolaridade do pai	Fundamental: 12,2% Médio: 25% Superior: 58,6	Fundamental: 38,4% Médio: 32,7% Superior: 26,9%
Escolaridade da mãe	Fundamental: 13,9% Médio: 31,7% Superior: 52,5%	Fundamental: 46,1% Médio: 26,9% Superior: 23,1%
Renda Superior a R\$ 1000,00	60,2%	21,2%.

Fonte: CEFET/RJ, 1999



co, de que maneira estão inseridos no setor produtivo e o que fazem. Aliado a informações sobre renda familiar e escolaridade dos pais, esse dado seria muito importante, no sentido de melhor situar o lugar que ocupa o CEFET/RJ (e as escolas técnicas da rede federal de educação tecnológica) no sistema educacional brasileiro, e o seu papel na reprodução das classes sociais<sup>9</sup>.

No caso específico aqui estudado e dentro dos limites impostos pela disponibilidade de dados, a análise indica que os egressos das escolas públicas municipais, selecionados pelo Curso Pró-Técnico, pertencem a segmentos menos favorecidos da sociedade do que os egressos das escolas particulares, que conseguem classificação no Concurso do CEFET/RJ. Ao estabelecer como critério de acesso a origem escolar privilegiou-se o acesso de alunos com um perfil socioeconômico distinto daqueles rotineiramente selecionados pelo Concurso.

Existe sim, portanto, diferença em termos de origens sociais entre os candidatos que cursaram o ensino fundamental em escolas particulares e aqueles que o cursaram em escolas públicas municipais. Tendo em vista a especificidade dos dados estudados, no entanto, tomo o cuidado de circunscrever esta conclusão aos limites deste estudo, afirmando que os egressos das escolas públicas municipais, selecionados pelo Curso Pró-Técnico, pertencem a segmentos menos favorecidos do que os egressos das escolas particulares, que conseguem classificação no Concurso do CEFET/RJ.

#### **- Progressão nos Cursos Técnicos**

As diferenças em termos de habilidades acadêmicas anteriores e posição

social dos alunos selecionados pelo Pró-Técnico e pelo Concurso implicam necessariamente em resultados ou desempenhos diferentes nos cursos técnicos do CEFET/RJ?

Para responder a essa pergunta começo trazendo a fala de uma ex-aluna do Pró-Técnico, Suellen, 17 anos, quando ela já estava cursando o 3º ano do Curso Técnico de Mecânica:

“Realmente reconheço que há diferença no nível da preparação que tivemos no primeiro grau e isso dificulta um pouquinho, pois muitas vezes, para dar certa explicação o professor já parte do princípio que todos os alunos já têm base, mas às vezes alguns não têm; pelo menos comigo isso já aconteceu.

Agora outro fator, que também me prejudicou, foi quanto a não conseguir me controlar na hora de certas provas e isso também aconteceu com outros alunos do Pró-Técnico e eu acho que é devido ao medo que temos de perder esse sonho. O sonho de passarmos para o CEFET já realizamos. Agora precisamos lutar para continuar aqui. Quanto mais eu penso em como foi difícil conseguir, mais eu quero continuar a tentar... a lutar.”

Nesse depoimento estão presentes os elementos principais da fala desses meninos e meninas quanto a sua experiência de “fazer CEFET”, tendo passado pelo Pró-Técnico.

<sup>9</sup> Nesse sentido, além das informações sobre a ocupação dos pais, seria interessante dispor de estudos sobre os egressos dos cursos técnicos, quanto a seu acesso ao ensino superior e sua inserção no mercado de trabalho.

Ela fala de sonho, diz que foi muito duro conseguir "entrar no CEFET", e com isso também ela reafirma a vontade de lutar e continuar estudando, ir até o fim e completar seus estudos. Eis aí uma "marca" nesses alunos do Pró-Técnico: a "garra", a vontade de estudar:

Vários alunos, em seus depoimentos, também falam sobre falta de base. Quando ingressam no CEFET esses alunos têm diante de si um desafio: superar a falta de base que trazem por uma escolaridade anterior precária. A análise dos dados quantitativos sobre a progressão nos cursos técnicos confirma essa dificuldade inicial que se traduz por um índice de repetência no 1º ano que é muito maior entre os alunos selecionados pelo Pró-Técnico do que entre os alunos selecionados pelo Concurso.

O "salto de exigência" (Broccolichi, 1997)<sup>10</sup> que se verifica na passagem para um nível mais elevado do sistema de ensino, comum a todos os alunos e característica do desempenho da função seletiva pelo aparelho escolar, é, ao que parece, maior para o grupo de alunos que ingressa no CEFET/RJ por meio do Curso Pró-Técnico, em função de sua origem escolar.

Daqueles que ingressaram em 1996, permaneciam cursando o CEFET, em 1999, 73,1% dos alunos selecionados pelo Pró-Técnico e 65,4% dos alunos do Concurso. A repetência, que aconteceu principalmente na 1ª série, faz com que 21,2% do grupo de alunos do Pró-Técnico esteja atrasada um ano, e curse, em 1999, ainda a 3ª série. No grupo do Concurso apenas 6,4% estão nessa condição.

Da turma de 1997, permaneciam cursando o CEFET, em 1999, 92,4% do grupo do Pró-Técnico e 81,4% do grupo do Concurso. Mesmo com a repetência na 1ª série que faz com que 15,4% dos alunos do Pró-Técnico estejam atrasados um ano e curse ainda a 2ª série, a porcentagem dos alunos que chegam à terceira série é maior entre os alunos do Pró-Técnico (71,2%) do que entre os alunos do Concurso (70,5%).

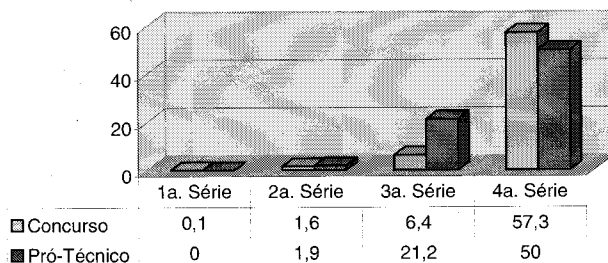
Entre os que ingressaram em 1998, todos os alunos do Pró-Técnico estavam cursando o CEFET em 1999, tendo havido um abandono de 6,3% dos alunos do Concurso. Ao contrário do verificado nos outros anos, a repetência na primeira série não foi muito significativa, apenas 5,6% dos alunos selecionados pelo Pró-Técnico, em 1998, permaneciam ainda cursando a primeira série em 1999.

Na comparação entre os dois grupos de alunos, ressaltamos, principalmente, comportamentos que se repetem independentemente do ano de ingresso: a permanência nos cursos técnicos é maior entre os alunos do Pró-Técnico do que entre os alunos do Concurso. Em contrapartida, a repetência, no primeiro ano, é maior entre os alunos do Pró-Técnico.

No final de 1999, todos os alunos de 1º ano do CEFET/RJ fizeram uma prova cujo resultado serviu de base para, a partir de suas opções e do número de vagas oferecidas, serem classificados para os Cursos Técnicos que realizariam, concomitantemente, a partir do segundo ano do Ensino Médio.

<sup>10</sup> Broccolichi (1997) estuda a queda brutal do valor escolar de "bons alunos" reconhecidos e encorajados por suas escolas de origem e que ao chegarem ao liceu experimentam a sensação de terem perdido um paraíso. A expressão "salto de exigência" refere-se a esse fenômeno de "baixa de notas" na passagem de um nível a outro do sistema escolar: a autora conclui que "o futuro escolar dos alunos variará consideravelmente de acordo com o colégio de origem" (p.506). No caso dos cursos técnicos do CEFET/RJ é nítida a maior dificuldade sentida pelos alunos oriundos de escolas municipais.

Gráfico 1 - CEFET/RJ: Distribuição percentual, por série cursada em 1999, dos alunos selecionados em 1996, pelo Concurso e pelo Pró-Técnico



A análise dos resultados obtidos nessa prova indica que os alunos selecionados pelo Pró-Técnico têm, no final de um ano de estudos no CEFET, um resultado apenas ligeiramente inferior aos alunos que ingressam pelo Concurso: de um total de 18 questões acertaram menos de nove questões, ou seja, menos da metade da prova, 5,4% dos alunos do Concurso e 10,9% dos alunos do Pró-Técnico. Acertaram mais de 15 questões 33,6% dos alunos do Concurso e 26,1% dos alunos do Pró-Técnico.

Na seleção desses meninos e meninas, com idade variando entre 14 e 15 anos, em pleno processo de formação, o fator preponderante é sua escolaridade anterior, seu passado educacional. Uma vez que cursaram o ensino fundamental em escolas públicas municipais, não conseguem ultrapassar o obstáculo representado pelo Concurso; depois que ingressam e participando do mesmo processo educacional recuperam sua "falta de base" e prosseguem sua escolarização.

Quanto à segunda questão: a heterogeneidade acadêmica e socioeconômica dos alunos selecionados pelo Pró-Técnico e pelo Concurso implica necessariamente

resultados ou desempenhos diferentes nos cursos técnicos do CEFET/RJ? As diferenças, em termos de habilidades acadêmicas anteriores e posição social, impedem o aproveitamento e sucesso dos alunos do Curso Pró-Técnico nos cursos técnicos do CEFET/RJ?

A partir dos dados analisados, e pela repetência observada no primeiro ano técnico dos alunos selecionados pelo Pró-Técnico, parece ser possível afirmar que a "falta de base" ou o "salto de exigência", maior para os alunos do Pró-Técnico em função de sua origem escolar, faz com que tenham mais dificuldade no 1º ano do que aqueles selecionados pelo Concurso.

Superada essa dificuldade inicial – a progressão dos dois grupos é bastante semelhante. Percebe-se, a partir do segundo ano, uma certa vantagem dos alunos provenientes do Pró-Técnico, pela vontade que demonstram de continuar seus estudos. Aqui parece que sua posição social influi positivamente, na medida em que suas famílias valorizam o fato de que estudam no CEFET e consideram da maior importância a possibilidade da profissionalização.

Esses meninos e meninas (e suas famílias) parecem ter uma relação muito especial com a escola, com a cultura escolar e a respeito do futuro oferecido pelos estudos. O investimento que fazem, ao participar do Pró-Técnico, enfrentando, aos 14 – 15 anos, uma dupla jornada escolar e deslocando-se, muitos deles, de bairros bastante distantes, é um indicador dessa disposição diferenciada e que, parece, fornece alguns dos elementos que permitiriam o entendimento das razões do seu sucesso.

O grupo selecionado pelo Pró-Técnico para ingresso em 1998 demonstrou um desempenho excepcional, ultrapassando de forma significativa o grupo selecionado pelo Concurso. O paradoxo em um primeiro momento até causa espanto: esse grupo de alunos provavelmente não ingressaria pelas "vias normais" e, no entanto, no interior da escola, se destaca, permanece e progride melhor em seus estudos do que os alunos selecionados pelo Concurso.

#### **- Expectativas de profissionalização e de prosseguimento dos estudos**

Fazer curso técnico no CEFET/RJ é uma aspiração dos alunos e suas famílias, anterior a sua participação no Curso Pró-Técnico? O acesso ao CEFET/RJ provoca mudanças em suas aspirações de profissionalização e continuidade dos estudos?

Quase todos nunca tinham ouvido falar, anteriormente, em CEFET; limitavam suas aspirações de continuidade dos estudos aos colégios estaduais localizados perto de suas residências ou das escolas municipais em que estudavam.

Entre as entrevistas que fiz, uma me parece sintetizar o significado do Pró-Técnico na vida desses meninos e meninas: Eliana, 18 anos, aluna do último ano do Curso Técnico de Eletrônica, preparando-se, na época, para o vestibular em Engenharia Eletrônica, perguntada como imaginava teria sido sua vida se não tivesse havido a interferência provocada pelo Pró-Técnico, responde:

"Provavelmente estaria trabalhando. Teria feito 2º grau, mas não seria bom, não teria base para enfrentar uma Faculdade, estaria com **as mãos praticamente vazias**, trabalhando numa loja, talvez como garçone... Nunca tinha pensado antes em fazer faculdade ...." (grifo meu)

Perguntei sobre a reforma e a justificativa apresentada na política governamental que alega que o acesso ao ensino superior pelos egressos do ensino técnico representa uma distorção da finalidade desse tipo de ensino. Ela responde:

"O governo está com a cabeça meio fechada. Eu pretendo fazer uma faculdade sim, de Eletrônica. Como eu poderia me manter se não tivesse uma profissão? Não teria condição. Tendo uma profissão, vou trabalhar e estudar. Se tivesse feito 2º grau comum, arrumaria um bico, chegaria super cansada, não teria como continuar estudando ..."

A expectativa dos alunos selecionados pelo Pró-Técnico, com relação à continuidade de seus estudos, é superior à do grupo do Concurso, contrariando o desejo dos que pensavam que a mudança no

perfil dos alunos das escolas técnicas faria com que seus egressos permanecessem técnicos e não almejassem o ingresso no ensino superior.

## À Guisa de Conclusão

A partir da análise do desenvolvimento do Curso Pró-Técnico no CEFET/RJ, passo a seguir a sistematizar algumas reflexões sobre a reforma da educação profissional e, mais especificamente, sobre o argumento da democratização do acesso aos cursos técnicos utilizado para justificá-la. Entendendo que é necessário relativizar os resultados observados a partir de uma experiência, ressalto, desde já, que é necessário afastar qualquer interpretação que caminhe no sentido de generalizar, para outras instituições educacionais, uma experiência concretamente vivida em uma instituição educacional específica.

Examinando a implantação da nova educação profissional que, entre outras conseqüências, provoca, no CEFET/RJ, a extinção do Curso Pró-Técnico e, conseqüentemente, fecha a porta, aberta por esse programa, para o ingresso de alunos de escolas públicas municipais em seus cursos técnicos, vem quase que a certeza de que não é para eles – meninos e meninas egressos da escola pública de ensino fundamental – que se reformula o ensino técnico. Como egressos do ensino fundamental, eles precisam dar continuidade a sua educação básica e, ao mesmo tempo, sentem necessidade da formação profissional, pressionados que já estão, por suas próprias condições de vida, ao ingresso no mundo do trabalho. A separação entre ensino médio e ensino técnico, tornando-os cursos independentes, torna tam-

bém quase impraticável a chamada concomitância – fazer ao mesmo tempo o técnico e o médio. As três alternativas, previstas na nova educação profissional, concomitância interna e externa ou curso técnico pós-básico implicam sempre possibilidade de acesso ao ensino médio, no Brasil ainda restrito a 32,6 da população da faixa etária compreendida entre 14 e 17 anos (INEP, 2000).

Analisar o desenvolvimento do Curso Pró-Técnico e a interferência que, por meio dele, aconteceu na trajetória escolar de alunos que passaram a ter acesso a uma escola que não fazia parte naturalmente de seu destino escolar significou a possibilidade de repensar teorias e análises da escola capitalista (Baudelot & Establet, 1971) e da desigualdade do acesso à escola (Bourdieu, 1998), a partir de meninos e meninas concretos com nome e sobrenome, famílias e histórias de vida.

Significou também a possibilidade de perceber a reforma da educação profissional a partir do cotidiano dos cursos técnicos do CEFET/RJ, de ver claro seu objetivo de contenção do acesso ao ensino superior e de perceber, ainda mais nitidamente, o potencial de mobilidade social, representado pelo ensino técnico integrado ao ensino médio, tal como vinha sendo desenvolvido pelas escolas técnicas federais desde a promulgação das leis da equivalência e da LDB de 1961.

Como justificativa para essa reforma, o governo utilizou, principalmente, o argumento da elitização do acesso às escolas técnicas, alegando que muitos dos seus alunos não tinham interesse no curso técnico ou em se profissionalizarem e o frequentavam, como uma alternativa de ensino médio, de maneira a se prepararem para o

ingresso no ensino superior. A separação entre ensino médio e ensino técnico – seguindo a política oficial – levaria, para este último, apenas aqueles que realmente tinham interesse ou necessidade de formação profissional e como perspectiva o ingresso no mercado de trabalho ou aqueles que, já engajados no mercado de trabalho, buscavam uma melhor qualificação.

Essas afirmações que justificam, no discurso governamental, a reforma da educação profissional são a base sobre a qual se apoiou a propaganda oficial para demonstrar que a elitização do acesso ao ensino técnico acarreta um duplo desperdício de recursos públicos: “ficam as indústrias sem os técnicos de que precisam para ser competitivas e ficam a ver navios os alunos mais modestos, interessados nas ocupações técnicas oferecidas” (Castro, 1997) e ganhar o apoio da opinião pública para uma proposta que teria, aparentemente, como intenção promover maior justiça social, destinando o ensino técnico aos que dele necessitam, de maneira a se qualificarem para o ingresso no mercado de trabalho.

O argumento da democratização do acesso e a contestação da função propedêutica do ensino técnico são utilizados de forma complementar. Pretende-se que, se o ensino técnico atendesse àqueles a quem realmente se destina, seus egressos iriam diretamente para o mercado de trabalho e não buscariam o ensino superior. Em nome do que, aparentemente, seria uma forma de democratização e justiça social, justificasse e encobre-se a extinção do ensino técni-

co e sua substituição por uma oferta educativa aligeirada, que tem como perspectiva a formação do trabalhador para atender às exigências do mercado de trabalho. Volta-se a uma concepção dual de sistema de ensino e de educação profissional como simples instrução para o ofício, destinada aos “menos favorecidos”.

Perceber a reforma da educação profissional e, mais especificamente, a separação entre ensino médio e ensino técnico a partir da análise do acesso de alunos de escola pública aos cursos técnicos do CEFET/RJ foi uma grande oportunidade para entender a importância do acesso dos jovens das classes sociais menos favorecidas a uma escola do tipo das escolas técnicas federais (antes da reforma) que enfatizavam as qualificações intelectuais gerais em articulação com a formação profissional. Nessas escolas, parece que estavam presentes as condições necessárias ao desenvolvimento de noções e aptidões de modo a tornar mais proveitosa a vida escolar desses meninos e meninas cuja vida familiar não facilita o rendimento escolar.

Na volta ao dualismo escolar está a perversidade dessa reforma que, como condição para a ampliação do acesso, promove o aligeiramento do ensino técnico, oferecendo apenas “meia-educação”, preserva o *status quo*, transformando a escola em uma “espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção” (Bourdieu & Champagne, 1998, p.221).

**Recebido em:** 04/12/2001

**Aceito para publicação em:** 14/04/2002

## ABSTRACT

This article analyses the access to Federal Technical Schools by an elite and points out the experience carried out in the early 1990s by the Federal Technical School of Rio de Janeiro – currently named CEFET, about the development of preparatory technical courses. Its major goal was to widen the enrolment of students coming from Rio de Janeiro public schools. This case study discusses the democratization or the technical courses used to justify the Technical Education Reform – Decret n° 2208/97 that focuses the distinction between technical education and secondary school.

**Keywords:** Access – Preparatory technical course – Professional education – Technical schooling – Public school – Education reform.

## RESUMEN

Este artículo analiza la elitización del acceso a las Escuelas Técnicas Federales y resalta, por medio de un estudio de caso, la experiencia desarrollada, al inicio de los años 90, en la Escuela Técnica Federal de Rio de Janeiro – hoy, CEFET/RJ – de desarrollo del Curso Pro-Técnico con o objetivo de ampliación del acceso a sus cursos técnicos de los alumnos de escuelas públicas de enseñanza fundamental. Cuestiona, a partir del análisis de esta experiencia, el argumento de la democratización del acceso a los cursos técnicos utilizado para justificar en la reforma de la educación profesional – Decreto 2.208/97 – la separación entre enseñanza media y enseñanza técnica.

**Palabras clave:** Acceso – Curso pro-técnico – Educación profesional – Enseñanza técnica – escuela pública – Reforma educativa.

## Referências Bibliográficas

BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. *L'école capitaliste en France*. Paris: Librairie François Maspero, 1971. (La collection cahiers libres)

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Tradução de: Aparecida Joly Gouveia e Maria Alice Nogueira. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de Educação*. Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998a. Cap.2, p.39-64.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. Tradução de: Magali de Castro e Maria Alice Nogueira. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de Educação*. Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998b. Cap.4, p.71-9. Tradução do ori-

ginal: *Le trois états du capital cultural*.

\_\_\_\_\_; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIER, P. *escritos de Educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, (Org.). Petrópolis: Vozes, 1998. p.217-29.

\_\_\_\_\_; PASSERON, J.-C. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit, 1973.

BRASIL. Decreto n° 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2° do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. *Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência*, São Paulo, v.61, fasc.12, p.1150-2, 1997. (Pu-

blicado no DO no dia 18 de abril de 1997).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em : 23 de set. 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 75.781 de 27 de maio de 1975. Altera a denominação do Programa Especial de Bolsas de Estudo - PEBE, concede autonomia administrativa e financeira, e dá outras providências. *Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência*, São Paulo, v.39, p.291-4, abr./maio/jun. 1975.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. *Lex: Coletânea de Legislação: legislação federal e marginália*, São Paulo, v.6, p.59-75, 1942.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo*, Brasília, DF v.134, n.248, p.27833-41, 23 dez. 1996. Seção 1. Lei Darcy Ribeiro.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Desporto. Educação profissional: diretrizes curriculares nacionais. Brasília, DF, [1998].

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Desporto - INEP. *Inep Notícias*: 15 de set. 1999. [www.inep.gov.br/noticias/news\\_187.htm](http://www.inep.gov.br/noticias/news_187.htm)

BROCCOLICHI, S. Um paraíso perdido. In: BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Tradução de: Matheus S. Soares Azevedo et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Tradução original de: *La misere du monde*.

CAMPello, A. M. M. B. Acesso de alunos de escola pública aos cursos técnicos do CEFET/RJ. 2000. 134p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CASTRO, C. M. Oficinas mecânicas para formar advogados?, *Veja*, São Paulo, v.30, n.44, p.142, set. 1997.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA. *Banco de dados do concurso de admissão aos cursos técnicos 1998/1999*. Rio de Janeiro, sd. meio eletrônico.

\_\_\_\_\_. *Projeto do Curso Pró-Técnico*. Rio de Janeiro, 1990. Mimeografado.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - Celso Suckow da Fonseca. *Ata da 111ª Sessão Ordinária do Conselho de Professores do CEFET/RJ*. Rio de Janeiro, 1989. Mimeografado.

CUNHA L. A. A política educacional e a formação da força de trabalho na era Vargas. In: FGV/CPDOC. *A revolução de 30: seminário internacional*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1983. p.436-69.

\_\_\_\_\_. Ensino médio e ensino profissional: da fusão à exclusão. *Tecnologia e Cultura*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.25-42, jul./dez/ 1998

GIBSON, N. Projeto de Lei n. 2.611 de 1980. Institucionaliza o Curso Pró-Técnico nas escolas técnicas federais e determina outras providências. Brasília: DF: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, n.13, seção I de 20 de março 1980.

NOGUEIRA, M. A. A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: a ação discreta da riqueza cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.7, p.42-56, jan.-abr., 1998.

SILVA, N. F. Fatores de exclusão de egressos de escolas públicas no processo de seleção para o CEFET/RJ. 1996. Monografia. Rio de Janeiro, 1996.

**Correspondência:**

**e-mail:** [biguana@uol.com.br](mailto:biguana@uol.com.br)